

Educação em Ciências e Saúde: interfaces com a Educação Popular e a Extensão Universitária

Science and Health Education: interfaces with Popular Education and University Extension

Michael Baldi Maller Hermenegildo

Universidade Federal do Rio de Janeiro
mikelmaller@ufrj.br

Juliana Dias Rovari Cordeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro
julianadiasrc@gmail.com

Resumo

Os períodos ditatorial e pós-ditatorial da história brasileira apresentam importantes acontecimentos nas esferas política, econômica e social, com processos ligados à educação, às ciências, à saúde, à Educação Popular e à Extensão Universitária. O presente artigo é uma revisão de literatura que tem por objetivo observar como o percurso histórico dos campos em questão, desde o período ditatorial, convergiram para o desenvolvimento do diálogo entre as instituições políticas e científicas com a população brasileira. Evidencia-se o compromisso com que os campos, ou setores dos campos, têm com o enfrentamento da exclusão das vulnerabilidades sociais, além do combate a todas as formas de desigualdade e discriminação. Por fim, foi possível identificar que esse breve percurso histórico revela o papel simbólico e empírico de socialização que Bourdieu (1989) aponta para o campo, espaço onde os agentes através das lutas legitimam, determinam e validam suas representações.

Palavras-chave: educação, ciências, saúde, educação popular, extensão universitária.

Abstract

The dictatorial and post-dictatorial periods of Brazilian history present important events in the political, economic and social spheres with processes linked to education, sciences, health, Popular Education and University Extension. The present article is a literature review that aims to observe how the historical trajectory of the fields in question since the dictatorial period converged towards the development of the dialogue between political and scientific institutions with the Brazilian population. This article highlights the commitment that the fields, or sectors of the fields, have in facing the exclusion of social vulnerabilities, in addition to combating all forms of inequality and discrimination. Finally, it was possible to identify that this brief historical path reveals the symbolic and empirical role of socialization that Bourdieu (1989) points to the countryside, a space where agents through struggles legitimize, determine and validate their representations.

Key words: education, science, health, popular education, university extension.

Introdução

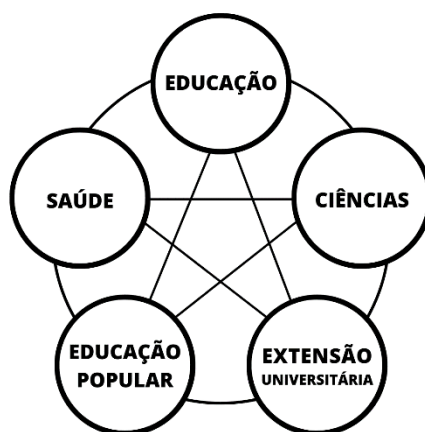
Os períodos ditatorial e pós-ditatorial da história brasileira apresentam importantes acontecimentos nas esferas política, econômica e social. Trazem consigo atores, pensamentos, conceitos, disputas, que marcaram fundamentalmente processos ligados à educação, às ciências e à saúde.

Diversos grupos populares emergiram lutando por múltiplas pautas, apresentando em comum o olhar para as situações de desigualdade e vulnerabilidade. Damos destaque ao desenvolvimento da Educação Popular (EP), pautada na pedagogia de Paulo Freire, tal como o desenvolvimento da Extensão Universitária (EU), integrando os saberes acadêmicos e científicos com os saberes da população.

Ao pensarmos na educação, nas ciências, na saúde, na Educação Popular ou na Extensão Universitária, voltamos nosso olhar um espaço simbólico, onde os agentes através das lutas legitimam, determinam e validam suas representações. É o que Bourdieu (1989) entende como poder simbólico, onde são estabelecidos os signos, aquilo que é adequado, o que pertence ou não ao código de valores daquele coletivo. É nesse campo, local empírico de socialização segundo o autor, que emerge o *habitus*, constituído pelo poder simbólico, impondo significações e legitimações.

O diagrama, representado na Figura 1, tem o intuito de nos auxiliar na compreensão da ideia de inter-relação entre esses cinco campos, que ao longo dos últimos sessenta anos sofreram significativas mudanças que viriam alterar a sociedade como um todo. Nesta trajetória histórica, os campos em questão se imbricaram, intencionalmente ou não, nos mostrando a importância de observar as partes, para uma melhor compreensão da complexidade desses processos.

Figura 1: Diagrama de inter-relações entre educação, ciências, saúde, EP e EU.



Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2021.

O presente artigo, de caráter exploratório, é uma revisão de literatura realizada através de uma busca ativa, com referência bibliográfica de um programa de disciplina e com foco na articulação entre esses cinco campos. Por isso, objetivamos observar como o percurso histórico da educação, das ciências, da saúde, da Educação Popular e da Extensão Universitária, desde o período ditatorial, convergiram para o desenvolvimento do diálogo entre as instituições políticas e científicas com a população brasileira.

O artigo está dividido em quatro etapas onde abordaremos: (i) aspectos históricos dos

processos de Educação em Ciências e da saúde; (ii) a EP e suas articulações entre a população, os grupos sociais, acadêmicos e profissionais técnicos; (iii) a EU como ferramenta dialógica entre a população e universidade; e (iv) apresentaremos uma breve reflexão sobre as potencialidades do diálogo entre a Educação em Ciências e Saúde, Educação Popular e Extensão Universitária.

Breve contextualização histórica da Educação em Ciências e da saúde

Os anos de 1970 marcaram o começo de diversas mobilizações populares que viriam a alterar o cenário brasileiro, pelas próximas três décadas. As pautas, das mais diversas, reivindicavam, por exemplo, o acesso e melhoria das condições de saúde (MARTINS, 2019; SOUTO, OLIVEIRA, 2016) ou a divisão das terras e reforma agrária¹. Em comum entre elas se destacava uma nova dinâmica, que se constituía a partir da dialogicidade do saber popular e acadêmico científico, na luta e construção de políticas voltadas para as necessidades locais.

No contexto pós-ditatorial, as articulações entre saúde, educação e ciências, foram ocorrendo gradativamente, de acordo com as demandas políticas e sociais. No campo da saúde, observamos o I Encontro Nacional de Experiências em Medicina Comunitária (I ENEMEC), ocorrido em 1979, em Lins, São Paulo, como um marco para os movimentos (populares) de saúde².

Martins (2019), em seus apontamentos sobre a Educação em Ciências e a Educação em Saúde, comenta sobre a presença das perspectivas higienistas que vinham sendo empregadas no ensino de saúde nos espaços escolares, no início do século XX. Tal perspectiva, com uma prática de orientação vertical associada às campanhas de controle das grandes endemias infecto-parasitárias, foram o pano de fundo para o desenvolvimento da Educação em Saúde no Brasil (SCHALL, 1999).

Nos anos 1970, ocorreu a construção de novas formas de organização entre profissionais da saúde e grupos populares (VASCONCELOS, 1998), tal como o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), constituído no processo das amplas mobilizações populares, impulsionadas pelo sentimento de indignação frente às desigualdades que imperavam no país (SOUTO, OLIVEIRA, 2016). Mas, mesmo configurando-se como uma ação popular e política em busca de inclusão, solidariedade, tendo a saúde como direito universal, a Reforma acabou se limitando a mudanças setoriais incompletas, num contexto de consenso passivo dos profissionais da área, afirma Sevalho (2018).

Nesse contexto, marcado pela complexidade do jogo político, brasileiro e mundial, destacamos a conquista da democracia política e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), eixo da Reforma, na década de 1980 (*idem*, 2018). A partir daí, os grupos populares voltaram seus olhares às lutas de cunho mais global nas políticas sociais brasileiras, enquanto os profissionais militantes passaram a ocupar novos espaços institucionais, que não permitiam mais uma convivência tão constante e intensa com a população, imbuídos a uma nova prática a partir da experiência da integração e saber até então construídos (VASCONCELOS, 1998).

Concomitantes aos debates, lutas e construções do setor saúde, Martins (2019) aponta para as

1 O MST: nossa história. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>>.

2 Com o apoio de militantes influentes, como o caso do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Mauro Morelli, esses movimentos (populares) de saúde foram adquirindo um perfil de contestação ao regime militar e de reivindicação da saúde como um direito social. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/mopse/home/historico>>

tensões existentes no campo da educação, no que tange a conceituação, que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970. A partir de Bourdieu e Passeron (1992), a autora comenta sobre uma linha de pensamento que entendia a educação como instrumento de controle e reprodução social, pautada no desenvolvimento de hábitos, na normatização de comportamentos e na possibilidade de ajuste e adaptação dos indivíduos na sociedade. E através da perspectiva de Freire (1987) a educação era entendida como um ato político, objetivando a transformação social para uma sociedade mais democrática e igualitária, identificadas com perspectivas emancipatórias e transformadoras³.

Dentre as articulações entre os campos, destacamos o método da Educação Popular, sistematizado por Paulo Freire, que atuando no papel de norteador entre a academia e a população, auxiliou diversos profissionais de saúde insatisfeitos com as práticas dos serviços de saúde a se engajarem nas lutas e mudanças da época (VASCONCELOS, 1998).

A Educação Popular e o seu papel articulador

Para entender e transformar o mundo, ou para torná-lo mais justo e igualitário, é necessário pensar na maior responsabilidade que acadêmicos e cientistas têm, o educar (CANDOTTI, 1999). Nessa perspectiva, observamos a trajetória da Educação Popular como articuladora dos saberes técnicos, acadêmicos, científicos com os saberes da população⁴.

A EP passa a se consolidar na América Latina a partir da década de 1960 e parte de uma concepção que alia teoria e prática na condução de processos pedagógicos (VASCONCELOS, CRUZ e PRADO, 2016). Originalmente, o paradigma da EP foi inspirado no trabalho de Freire, revelando a “conscientização” como sua pauta fundamental (GADOTTI, 2012). Nesse sentido, a partir da reflexão sobre a prática da Educação Popular foi implementada a categoria da “organização”, afinal não é suficiente estar consciente, é necessário se organizar para poder lutar por transformação (*idem*, 2012).

Com base no contexto histórico, observamos que a proposta da Educação Popular foi significativa na formação das lideranças dos movimentos sociais, inclusive os que tomaram a frente do processo de criação e aprimoramento do SUS (VASCONCELOS, CRUZ & PRADO, 2016). Visto que, a participação dos profissionais da saúde nas experiências de EP trouxe para o setor um relacionamento mais estreito com as representações culturais das classes populares através da sua prática profissional, fossem nas propostas ou intervenções (SCHALL, MASSARA & DINIZ, 2008).

Esse avanço da EP vai além do ambiente escolar⁵ e se estende às universidades, e se integra

3 Neste contexto, é possível traçar uma relação entre as articulações e os conceitos de saúde e de educação, visto que existem direcionamentos tanto para práticas e princípios de cunho crítico, voltadas para a transformação social, tal como perspectivas associadas a estratégias de controle e de ajuste dos indivíduos a padrões normativos. Entretanto, é importante ressaltar que os campos da educação em ciências e da saúde possuem histórias e trajetórias singulares. Mas que ao correlacionarmos diversos aspectos e acontecimentos históricos, a presença de diálogos e articulações nos apontam para os potenciais e desafios das áreas. (MARTINS, 2019)

4 “A educação popular como uma concepção geral da educação, via de regra, se opôs à educação de adultos impulsionada pelo Estado, e tem ocupado os espaços que a educação de adultos oficial não levou muito a sério. Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a também, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário.” (GADOTTI, 2012, p.14)

5 Nos anos de 1980 a Educação popular, ultrapassa o nível da comunidade e do poder local, a educação de adultos e a educação não-formal, para influir diretamente nos sistemas educacionais públicos e estabelecer-se como “educação pública popular”, onde destaca-se a experiência de Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação de São Paulo. (GADOTTI, 2012)

ao setor da saúde dos anos 1980. Tal movimento se deu, porque o modelo verticalizado de saúde até então empregado deixava suas diversas falhas em evidência e a solução metodológica que a Educação Popular trazia era de “[...] buscar subordinar o ato pedagógico ao movimento dos próprios educandos em direção ao ‘ser mais’, tentando superar as limitações e opressões de suas vidas [...]” (VASCONCELOS, 1998, p.43). Esse exercício de investir na descoberta e inserção nas dinâmicas dos grupos sociais em que se atua é fundamental para praticar a Educação em Saúde e por conseguinte ter mais êxito nas suas propostas e intervenções.

Vasconcelos, Cruz & Prado (2016) comentam que a EP dentre os seus diversos avanços, passou a se ocupar, também, com o repensar da formação dos profissionais de saúde, refletindo em novas reivindicações. É possível destacar a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), oficializada em 2013, que passou a gerar diversas iniciativas de educação permanente no SUS⁶. Mostrando que a participação ativa e histórica no movimento da EP foi decisiva para a criação de profissionais que passaram a romper com a tradição autoritária e normatizadora da relação entre os serviços de saúde e a população (VASCONCELOS, 1998).

Mudanças ocorridas no cenário político do século XX acarretaram em diversos desafios para a saúde e a educação. Um exemplo no campo de Educação em Saúde é que mesmo após a implementação da sua obrigatoriedade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/71 (e passados quase 50 anos) ainda encontramos o despreparo dos professores, as limitações dos livros didáticos e as inadequações metodológicas no tratamento curricular de conteúdos de saúde, sempre com foco na doença e não na saúde (MARTINS, 2019).

Nesse sentido, identificamos tentativas que buscaram avançar para uma educação, seja em ciências, em saúde ou popular, entendida como direito de todos, pautada na dialogicidade, na tomada de decisões individuais e coletivas (MARTINS, 2019). Com isso, revela-se o importante papel que a Educação Popular teve e vem tendo na articulação entre aspectos políticos, educacionais e sociais, nos setores da Educação em Ciências e da saúde.

A Extensão Universitária como ferramenta para a sociedade

No contexto histórico dos anos 1980, período redemocratização no país, surge o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), em 1987, que passa a desempenhar papel decisivo na conceituação, institucionalização e na definição de políticas de EU para as IES públicas⁷ (NOGUEIRA, 2013).

Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) ressaltou a importância e obrigatoriedade da EU, mas somente em 2018, passados 30 anos da Constituição Federal, que o Ministério da Educação (MEC) incluiu uma resolução nas diretrizes da Instituição de Ensino Superior (IES), a qual reforçou a inclusão da Extensão Universitária como parte obrigatória da graduação e pós-graduação.

O documento que rege a Extensão Universitária é a Política Nacional de Extensão Universitária (2012), que a define como um processo de caráter político, cultural, social que visa o diálogo universidade-sociedade, respeitando os saberes inerentes de ambas o que acaba

⁶ Podemos citar o Programa de Qualificação em Educação popular em Saúde (EdpopSUS); o Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS: Vivências de Extensão em Educação popular e Saúde no SUS; publicações para fortalecer a concepção de EP no SUS, como os Cadernos de Educação Popular em Saúde. (VASCONCELOS, CRUZ & PRADO, 2016)

⁷ “A Extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012, p. 15)

ocasionando em transformações positivas. Entre as características da EU, estão a multi, inter e transdisciplinaridade (FIALHO, 2007), onde as diferentes áreas do saber podem ser utilizadas e integradas, no exercício das atividades e ações extensionistas. Dentre as muitas temáticas que podem ser desenvolvidas, encontra-se a Educação em Ciências e Saúde, que possui forte caráter interdisciplinar.

A mudança da Universidade e da sociedade através da EU, como ferramenta que caminha em direção à justiça social e ao exercício pleno da democracia, tem uma série de desafios a serem confrontados e oportunidades a serem aproveitadas por meio das políticas públicas. Entretanto, a efetividade dessas atividades e ações depende fortemente do que a Universidade Pública e a Extensão Universitária podem oferecer aos governos e à sociedade. (FORPROEX, 2012).

Para tal, como um dos meios de fortalecimento da EU e do seu compromisso com o enfrentamento da exclusão e das vulnerabilidades sociais, além do combate a todas as formas de desigualdade e discriminação, existe a articulação EU-EP. Mogilka (2019) nos aponta que tanto a Educação Popular quanto os movimentos sociais oferecem uma série de situações, problemas e contradições que possuem grande potencial para ampliar a consciência crítica sobre os inúmeros dilemas encontrados nas práticas profissionais, das mais variadas áreas do conhecimento⁸. Levando em consideração a criação de espaços democráticos de formação, seja entre a comunidade acadêmica, ou com os grupos populares em questão; os contextos e as formas como as pessoas lidam com seu cotidiano (NETO & VASCONCELOS, 2015).

Nesse sentido, a EP e a EU, tendo ambas a capacidade de unir aspectos da teoria e da prática com sensibilidade, precisam ser valorizadas no espaço acadêmico. Seja numa perspectiva de contribuição social por parte da universidade ou como articuladoras reflexivas da teoria aplicada na prática. Dessa forma, o enriquecimento é comum para todos, universidade e sociedade, e na nossa reflexão especificamente para os campos da Educação em Ciências e Saúde.

Conclusão

Como podemos observar nessa revisão de literatura, diversas mudanças ocorreram na Educação em Ciências e Saúde, Educação Popular e Extensão Universitária. Da mesma forma que, fica evidente a influência que estes campos tiveram uns nos outros devido ao seu desenvolvimento, praticamente, no mesmo período e contexto histórico, político e social. Em um estudo histórico mais minucioso é provável conseguirmos encontrar os momentos em que os campos se cruzaram e interferiram, causando consequências das mais diversas.

Este artigo evidencia o compromisso com que os campos, ou setores dos campos, têm com a promoção da justiça e equidade social. Entretanto, é importante ressaltar que todas as agendas de reforma, sejam da saúde ou da educação, que persistem até hoje, são subordinadas à perspectiva do projeto neoliberal de construção de uma sociedade orientada para o mercado.

Por isso, o cuidado e a atenção devem ser redobrados, tanto por parte da Universidade, quanto dos profissionais técnicos, no nosso contexto os da saúde, alinhados a esta perspectiva de emancipação social. Assim, espera-se que nossas práticas não silenciem os saberes populares e suas demandas. Afinal, inseridos neste contexto neoliberal nossa visão de desenvolvimento

8 “A extensão universitária, na concepção libertadora, supõe que a comunidade vivenciará transformações. Esta transformação envolve o aumento no nível de reflexão, de crítica social e de ação consciente por parte do grupo. Os processos de mudança do comportamento político de comunidades, se deslocando de níveis de maior submissão para níveis de maior autonomia, têm uma dinâmica impossível de ser prevista [...]” (MOGILKA, 2019 p.131)

acaba sendo pautada pelo capital o que por vezes nos distancia das necessidades reais.

Os desafios atuais para os campos são os mais diversos, visto que os setores da educação e saúde vêm sendo diretamente impactados pelo teto de gastos imposto no governo de Michel Temer, em 2016 com a EC 95⁹, tal como, a presente pandemia de Covid-19 escancarou a fragilidade do cenário brasileiro, seja no contexto econômico, social, político.

Que nos setores da saúde e educação possamos, no pós-pandemia, encontrar mais respeito aos profissionais que tanto dedicam suas vidas, seja através da melhoria das condições de trabalho, tal como no reconhecimento. E que as lutas, organizadas e pautadas no diálogo, movidas pelos movimentos de Educação Popular e organizações da sociedade civil, encontrem forças para continuar exercendo seu papel articulador entre a sociedade e o poder público, em busca da garantia de direitos constitucionais, como a saúde e a educação.

Por fim, que a extensão universitária, agora obrigatória nas universidades públicas, faça cada vez mais reconhecer o seu valor tanto para as instituições quanto para a sociedade, nessa busca constante de mostrar que a universidade é um espaço de todas e todos.

Dessa forma, notamos que esse breve percurso histórico evidencia o papel simbólico e empírico de socialização que Bourdieu (1989) aponta para o campo, espaço onde os agentes através das lutas legitimam, determinam e validam suas representações. E compreendemos que o presente artigo não traz conclusões, mas apresenta um caráter preliminar e exploratório que aponta a importância de olharmos com mais atenção, apoiados em metodologias específicas e direcionadas, para os desafios dos campos aqui citados e explorarmos cada vez mais suas relações e potencialidades.

Agradecimentos e apoios

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

CANDOTTI, Ennio. Ciência na educação popular, 1999. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima (orgs.). **Ciência e o público**, UFRJ, Rio de Janeiro, p. 15-23, 2002.

FIALHO, Edson Soares. O meio ambiente: o discurso geográfico rumo a transdisciplinaridade. **Ponto de Vista**, Vol. 4, p. 37-46, 2007.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

⁹ Reforma Fiscal ocorrida com a Emenda Constitucional n. 95/2016 que estabeleceu um teto para as despesas primárias, gerando os impactos de uma redução significativa nos recursos destinados às ações e serviços públicos de diversas áreas, tais como educação e saúde. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, p. 10-32, 2012.

MARTINS, Isabel. Educação em Ciências e Educação em Saúde: breves apontamentos sobre histórias, práticas e possibilidades de articulação. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 269-275, 2019.

MOGILKA, Maurício. Educação popular, extensão universitária e metodologias da Libertação. **Extensão**, Cruz das Almas, p. 126-137, 2019.

NETO, Diógenes Valdanha; VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. Educação popular e extensão universitária: ressonâncias de experiências em uma comunidade ribeirinha amazônica da região do baixo rio Madeira. **Ciências da Educação**, UNISAL, Americana, ano XVII, n. 32, p. 97-117, 2015.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. Editora Interfaces, **Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 35-47, 2013.

SCHALL, Virgínia. Alfabetizando o Corpo: o pioneirismo de Hortênsia de Hollanda na educação em saúde, 1999. In: MONTEIRO, Simone; PIMENTA, Denise (orgs.). **Ciência, Saúde e Educação o legado de Virgínia Schall**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 73-91, 2018.

SCHALL, Virgínia Torres; MASSARA, Cristiano Lara; DINIZ, Maria Cecília Pinto. Educação em saúde no controle da esquistossomose. In: CARVALHO, Omar dos Santos; COELHO, Paulo Marcos Zech; LENZI, Henrique Leonel (orgs.). **Schistosoma mansoni e Esquistossomose: uma visão multidisciplinar**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, p. 1029-1079, 2008.

SEVALHO, Gil. O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. Editora Interface, **Comunicação Saúde Educação**, v. 22 (64), p. 177-88, 2018.

SOUTO, Lúcia Regina Florentino; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório de globalização alternativa e construção de um pensamento pós-abissal. **Saúde Debate**, Rio De Janeiro, v. 40, n. 108, p. 204-218, 2016.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.14 (Sup. 2), p. 39-57, 1998.

VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; PRADO, Ernande Valentin do. A contribuição da Educação Popular para a formação profissional em saúde. Editora Interface, **Comunicação Saúde Educação**, v. 20 (59), p. 835-838, 2016.